
Saldos comerciais e “doença holandesa” no Brasil no período recente (2002-2008)

Clésio Lourenço Xavier*

Michael Gonçalves da Silva**

RESUMO - O objetivo deste artigo é analisar a hipótese da “doença holandesa” no Brasil no período 2002-2008 através da utilização da agregação dos saldos comerciais setoriais, em conformidade com a metodologia proposta por Lall (2000). Tais resultados dos saldos comerciais indicam fortes evidências da hipótese de “doença holandesa” no Brasil, pois os saldos comerciais dos setores intensivos em recursos naturais apresentam resultados superavitários, enquanto os saldos comerciais dos setores industriais apresentam resultados deficitários no período.

Palavras-chave: Doença holandesa. Saldos comerciais. Recursos naturais.

1 INTRODUÇÃO

As décadas de sessenta e setenta foram marcadas por grandes descobertas de depósitos de gás natural no norte da Holanda, proporcionando ao país um aumento significativo nas exportações destas *commodities*. Tal fato ocasionou a apreciação da moeda holandesa devido à entrada de divisas externas oriundas do grande volume exportado. Com isso, a exportação de outros produtos menos competitivos em relação ao gás natural declinou, prejudicando o comércio internacional e os demais bens produzidos na economia holandesa. Este fenômeno de apreciação cambial decorrente do aumento nas receitas de exportação é conhecido como “doença holandesa”.

No Brasil, durante os anos 2000, a exportação de *commodities* agrícolas e minerais obteve uma participação significativa na pauta de exportação da economia. Tal aumento na pauta de bens exportáveis é decorrente da expansão na demanda externa, elevando o preço desses bens no comércio internacional. Diante disso, o propósito deste artigo é investigar acerca da existência da “doença holandesa” no país entre 2002 e 2008, através da utilização de agregação setorial proposta em Lall (2000), verificando o desempenho dos saldos comerciais dos setores de *commodities* agrícolas e minerais, bem como o desempenho dos saldos comerciais dos setores

* Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. É professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Endereço eletrônico: clesio@ie.ufu.br.

** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. É pesquisador do Núcleo de Economia Aplicada do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço eletrônico: michael_gsilva@yahoo.com.br.

industriais.

Além desta introdução, o artigo possui outras três seções: a Seção 2 apresenta uma breve discussão sobre as causas da “doença holandesa”; a seção seguinte analisa os saldos comerciais no Brasil no período 2002-2008, seguindo a proposta de agregação setorial desenvolvida em Lall (2000); e a última seção apresenta as considerações finais.

2 BREVISSIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A “DOENÇA HOLANDESA”

A “doença holandesa”, de acordo com Bresser-Pereira (2009), é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes, que geram vantagens comparativas aos países que os possuem, e, segundo os mecanismos de mercado, podem levar o país a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico.

O aumento das receitas de exportação promove a elevação do nível de renda, até mesmo da renda dos assalariados do setor extrativista, proporcionando a formação de lucros econômicos ou rendas ricardianas para este setor, o que ocasiona fortes desestímulos aos demais setores da economia e promove a transferência de recursos entre os setores, o que leva a um processo de redução da competitividade da indústria.

Em Sampaio e Pereira (2009), a “doença holandesa” se apresenta como uma falha de mercado: sua existência prejudica os setores industriais de uma economia, afetando emprego e renda. Sendo assim, se esta é uma falha de mercado, alguns autores propõem medidas para neutralizá-la, de modo que seus sintomas não prejudiquem o setor industrial da economia.

Bresser-Pereira (2009) acredita que a “doença holandesa” se estabelece por estágios: inicialmente, a exploração de recursos naturais traz benefícios econômicos para o país, pois é uma forma de participação no comércio mundial, além de promover a acumulação primitiva de capitais, o que contribui para a formação de uma classe empresarial no país. Ao se estabelecer, a classe empresarial passará a exigir uma taxa de câmbio competitiva para que possa participar do comércio mundial, pois com uma taxa de câmbio apreciada, a competição da indústria de manufaturados torna-se inviável, devido o encarecimento dos bens, em comparação aos bens do resto do mundo.

Por fim, segundo Oreiro e Feijó:

[...] a abundância de recursos naturais pode induzir a uma redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado por intermédio da apreciação cambial, a qual resulta em perda de competitividade da indústria e déficit comercial crescente da mesma. Em outras palavras, a desindustrialização causada pela “doença holandesa” está associada a déficits comer-

ciais crescentes da indústria e superávits comerciais no setor não industrial. (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 5).

O acesso ao mercado financeiro internacional, tratado em Van Winjnberg (1984), também pode levar o país a desenvolver os sintomas da “doença holandesa”, pois com o ingresso de capitais e o aumento de moeda estrangeira na economia haverá uma tendência a um movimento de apreciação cambial. O acesso ao mercado financeiro também possibilita o aumento da produção do setor de comercializáveis.

A hipótese sobre a “doença holandesa” no Brasil entre os anos de 2002 e 2008 será analisada a seguir, com os dados de comércio internacional sendo agregados a partir da proposta de Lall (2000), podendo-se avaliar a participação dos setores da economia no comércio mundial.

3 SALDOS COMERCIAIS E “DOENÇA HOLANDESA” NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

A metodologia de Lall (2000)¹ de agregação de dados foi construída a partir das metodologias de Pavitt (1984) e OCDE² e, assim como as demais metodologias, desconsidera as operações classificadas como “operações especiais”, que incluem: filmes de cinema, animais domésticos, moeda, obras de arte, dentre outras transações especiais. Desta forma a proposta de agregação de Lall é classificada em cinco níveis:

- (1) os produtos primários, que compreendem os bens intensivos em recursos naturais que são comercializados em estado bruto, como, por exemplo, petróleo e gás natural. Para este nível de agregação são encontrados ainda os setores agroalimentares (grãos, carnes, frutas, dentre outros);
- (2) o setor de manufaturas, que corresponde aos setores que são intensivos em trabalho e recursos naturais (as indústrias pertencentes a esses setores são estritamente ligadas aos setores produtores de recursos naturais);
- (3) o setor de manufaturas de baixa tecnologia, representado pelos setores da indústria tradicional, têxtil, calçadista etc., além de indústrias de baixa agregação tecnológica, tais como as fabricantes de utensílios domésticos;

1 A metodologia de Lall foi construída por Sanjaya Lall (2000).

2 Como a metodologia de Lall (2000) foi construída a partir das metodologias de Pavitt (1984) e da OCDE, este artigo utilizou somente a agregação setorial desenvolvida em Lall (2000).

- (4) agrupamento de média tecnologia, que compreende os setores de bens de capital e certos bens de consumo duráveis da economia, dentre outros;
- (5) agrupamento de alta tecnologia, que representa os setores da indústria farmacêutica, aeronáutica, de processamento de dados, entre outras.

A aplicação da metodologia de Lall (2000) para o caso brasileiro apresentou superávits comerciais crescentes para os setores não industriais ao longo do período 2002-2008, sendo que os setores pertencentes aos grupos de produtos primários, intensivos em manufaturas e setores de baixa intensidade tecnológica apresentaram saldos comerciais positivos e crescentes ao longo de todo o período.

Por outro lado, o agrupamento de média tecnologia em seu conjunto (automobilística, processo e engenharia), exceto o setor automobilístico, apresentou saldos comerciais negativos, o que, nesse caso, significa dizer que as importações desses setores foram fortemente superiores as suas exportações. Em terceiro lugar, ressalta-se o crescente déficit comercial dos setores de alta tecnologia no Brasil ao longo de todo o período considerado.

TABELA 1 - SALDOS COMERCIAIS NO BRASIL ENTRE 2002-2008, SEGUNDO A METODOLOGIA DE LALL (EM BILHÕES US\$)

Setores/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Produtos Primários	7,463	10,289	13,569	15,729	16,945	20,880	25,064
Intensivo em Manufaturas	7,053	15,563	9,229	17,481	20,806	21,114	21,199
Baixa Tecnologia	4,526	6,319	6,394	8,406	8,629	8,348	5,802
Média Tecnologia	0,524	7,614	5,008	7,369	6,419	(0,882)	(13,858)
Automobilística	4,004	3,207	4,721	6,673	6,111	4,220	0,889
Processo	0,000	6,118	0,115	1,906	2,352	(0,194)	(4,168)
Engenharia	(3,480)	(1,711)	0,172	(1,210)	(2,044)	(4,908)	(10,579)
Alta Tecnologia	(4,977)	(5,272)	(6,372)	(6,622)	(9,495)	(6,238)	(19,093)

FONTE: Comtrade, 2011.

Portanto, como pode ser visualizado na tabela acima, ao confrontar os saldos comerciais do setor não industrial (que inclui os setores de produtos primários, intensivo em manufaturas e de baixa intensidade tecnológica) com os setores industriais (média tecnologia e alta tecnologia), é possível constatar déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais no setor não industrial, explicitando um forte indício de desindustrialização causada pela “doença holandesa” no Brasil nos anos 2000.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os preços elevados das *commodities* agrícolas e minerais, decorrentes da alta demanda internacional, têm-se um processo de indução na alocação de recursos, transferindo

recursos dos setores menos competitivos, como setores de média e alta tecnologia, para os setores primários, mesmo que os custos de produção sejam elevados. Desta forma, os recursos financeiros são canalizados para os setores produtores de *commodities*, pois os preços no comércio internacional são maiores, gerando assim a possibilidade de obtenção de rendas ricardianas.

Ao avaliar o desempenho dos saldos comerciais no Brasil no período 2002-2008, co-tejando os setores industriais e não industriais a partir de dados oriundos da Comtrade/ONU e agregando-os através da metodologia proposta por Lall (2000), pode-se constatar que a hipótese de “doença holandesa” no Brasil não pode ser refutada apressadamente, devido ao registro do forte crescimento dos saldos comerciais dos setores não industriais representados pelas *commodities* agrícolas e minerais, e uma acentuada queda nos saldos dos setores industriais, ocasionando uma tendência declinante dos saldos comerciais brasileiros no período recente e, mais que isso, uma perda de qualidade de tais saldos.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PERREIRA, L. C. B. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LALL, S. The technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985-1998. **QEH Working Paper Series**, n. 44, 2000.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2010, Salvador. **Anais...**
- ORGANISATION for economic co-operation and development. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 12/2010.
- PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, Amsterdã, v. 13, p. 343-373, 1984.
- SAMPAIO, D. P.; PEREIRA, V. V. Doença holandesa no Brasil: uma sugestão de análise conceitual comparada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. **Anais...**
- UN Comtrade. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 6/2010.
- VAN WINJNBERG, S. J. G. The “Dutch disease”: a disease after all? **The Economic Journal**, Londres, v. 94, n. 373, p. 41-55, 1984.

